

CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E PRODUTIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ASSENTAMENTO CANAFÍSTULA, NO MUNICÍPIO DE JACUÍPE, ALAGOAS

Alessandra K. da Silva¹, Tania M. C. dos Santos², Jakes H. de Q. Costa², Cícero F. de Albuquerque², Crísea C. N. de Cristo³, João M. da Silva⁴

1. Mestranda em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
2. Professor Pesquisador, Centro de Engenharias e Ciências Agrárias, Universidade Federal de Alagoas
3. Técnica em Agroecologia, Instituto Federal de Alagoas, *Campus* Murici
4. Rede Nordeste de Biotecnologia, Instituto de Química e Biotecnologia, Universidade Federal de Alagoas/Orientador

Resumo

A agricultura familiar sempre esteve em um lugar de invisibilidade, mesmo sendo de extrema importância para a produção agrícola e agropecuária do Brasil. Deste modo, é preciso analisar suas condicionantes para o desenho de políticas que sejam realmente pensadas para as múltiplas formas desta categoria. O presente trabalho teve como objetivo descrever o perfil social e produtivo de famílias da agricultura familiar, pertencentes ao assentamento Canafístula, localizado no município de Jacuípe-AL. A pesquisa foi realizada com 23 famílias, sendo desenvolvida respectivamente em três etapas, levantamento bibliográfico, entrevista com questionários semiestruturados e visita dos pesquisadores aos lotes. Aproximadamente 85% declaram ter escolaridade até o ensino fundamental incompleto (EFI), sendo 2/3 casados, 70% são autodeclarados negros, a faixa etária varia de 30 a 83 anos, sendo que 43% possuem idade acima de 60 anos, 73% declaram sua profissão como sendo agricultor familiar e o gênero masculino compõe 56% dos integrantes. Dentre as culturas produzidas, destaca-se a macaxeira, cana, coco e banana, tendo mais de 40% dos produtores afirmado cultivá-las, seguidas de outras em menor escala. Conclui-se que há carência da atuação do poder público nessa comunidade, assistência técnica deficitária, pouca infraestrutura e projetos de fortalecimento da agricultura.

Palavras-chave: Assentamentos rurais; pequena produção; rural alagoano.

Introdução

A agricultura familiar, desde a época colonial, tem ocupado um espaço secundário na construção de estratégias de desenvolvimento rural do país. No primeiro momento, era invisibilizada pelas grandes propriedades e seu regime de produção agroexportador, subordinando os camponeses ao interior das grandes propriedades com pequenas extensões de terra para a produção de alimentos. Em um segundo momento, com a promulgação da lei de terras de 1850, declara-se como proprietários aqueles que já detêm terras e o excedente como pertencente ao Estado. A partir de então, a terra só pode ser obtida mediante pagamento de grandes quantias de dinheiro, excluindo negros, índios e colonos pobres da propriedade de terra (MARTINS, 1981). No terceiro momento, com o período de ditadura militar (1964-1985), a modernização conservadora da agricultura mais uma vez exclui a agricultura familiar, mediante políticas públicas voltadas para a grande propriedade e culturas de exportação.

O reconhecimento da agricultura familiar, segundo Schneider (2003), se deu por três fatores: primeiro a redemocratização do país com a volta da atuação dos movimentos sociais após a ditadura militar; segundo a mediação dos intelectuais com os debates sobre o tema na década de 1990; e terceiro o reconhecimento e as políticas públicas pelo Estado (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF).

Com a criação do PRONAF, a agricultura familiar passa a ser a categoria social que mais atrai políticas públicas trazendo vitórias importantes, como a criação da Lei da agricultura familiar (em 2006, Lei 11.326). Com o governo Lula (2003), o PRONAF se insere no Programa Fome Zero e assim há o fortalecimento de programas com a mesma interface como: o Programa de Aquisição de Alimento (PAA), criado em 2004 para a solução dos problemas de acesso aos mercados da agricultura familiar, e a reorganização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para que os agricultores familiares passem a ter condições especiais com a obrigatoriedade da compra de 30% dos produtos para alimentação escolar dos municípios provenham da agricultura familiar (SCHNEIDER; SHIKI; BELIK, 2010).

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, o Brasil possuía 5.175.489 estabelecimentos rurais onde 4.367.902 estariam classificados como de agricultores familiares, ocupando apenas 24% da área total de estabelecimento (80,3 milhões de hectares), sendo os responsáveis pela produção de 75% do alimento que chega na mesa dos lares brasileiros, como apontam dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A agricultura familiar é uma categoria social com grande importância, apresenta características distintas

de acordo com cada região, mas, em aspectos gerais, tem sua produção orientada para o cultivo da terra em pequenas áreas, utilizando da força de trabalho dos componentes da família, a fim de manter sua reprodução biológica e social. Com sistemas bem diversificados, suas unidades produzem frutíferas, hortaliças, leguminosas, cereais, aves, peixes, bovinos, suínos e ovinos.

Partindo da premissa de que a agricultura familiar pode assumir formas distintas a partir dos contextos nos quais estão inseridos estes atores sociais, este trabalho tem o objetivo de analisar as características sociais e produtivas dos agricultores familiares do assentamento Canafístula, localizado no município de Jacuípe na Zona da Mata Norte do estado de Alagoas.

Metodologia

Esta pesquisa foi realizada no Assentamento Canafístula, situado no município de Jacuípe na Zona da Mata Norte de Alagoas. Foram levantados dados referentes a 23 famílias que compõem o assentamento, a coleta de dados foi efetuada por meio de três etapas. Na primeira etapa, utilizou-se como instrumento metodológico a pesquisa bibliográfica e documental para levantar informações referentes a origem e formação do assentamento. Na segunda, utilizou-se a entrevista para colher dados das famílias e lotes produtivos, através de um roteiro de entrevista semiestruturada. E na terceira etapa, visitas aos lotes para a realização da observação de campo.

As abordagens metodológicas reproduzidas nesta pesquisa têm caráter qualitativo e quantitativo, com o objetivo de trazer complementariedade entre ambas e, assim, trazer repostas mais holísticas sobre as características sociais e produtivas do assentamento. Pope e Mays (1995) afirmam que há distinções nos enfoques qualitativos e quantitativos, no entanto, não é correto afirmar que assumam oposição um ao outro, mais sim podem ser complementares. Para Maanen (1997), a pesquisa de caráter qualitativo possibilita expressar os sentidos do mundo social quebrando distâncias entre o pesquisador e o pesquisado, enquanto a pesquisa qualitativa contribui para uma melhor compreensão dos fenômenos evidenciados.

Resultados e Discussão

O assentamento foi criado na área da antiga fazenda Canafístula, produtora de cana-de-açúcar e gado. As reivindicações foram protagonizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em 1998, onde trabalhadores da fazenda, acampados do MST e trabalhadores do corte da cana foram os principais atores. As pressões exercidas pelo MST e a base de trabalhadores para a formação do assentamento nas terras improdutivas da fazenda, culminam na compra e repasse das terras para as famílias, no mesmo ano, formando o assentamento pelo Plano Nacional da Reforma Agrária.

Os entrevistados afirmam que o processo se deu através da ocupação das terras e de manifestações, como fechamento de estradas, acampamentos e caminhadas até a sede do INCRA na cidade de Maceió, capital do estado. Relatam que foram momentos difíceis até a resposta definitiva de suas reivindicações e a fixação das famílias no lote.

Por meio dos dados coletados pôde-se constatar que 43,48% são do gênero feminino e 56,52% masculino, onde se autodeclararam negros 69,56% (sob a intitulação de termos como morenos, pardos, cor de canela) e brancos 30,43%. A faixa etária 30 a 83 anos, com estado civil casado 73,91%, solteiro 8,69% e viúvo 17,39%. Quanto ao nível de escolaridade 34,43% são analfabetos, 52,17% possuem ensino fundamental incompleto, 8,69% possuem ensino fundamental completo e 4,34% ensino superior. A ocupação dos entrevistados, 21,73% se intitulam donas de casa, 73,9% agricultor familiar e 4,34% trabalhador rural. A diferenciação entre trabalhador rural e agricultor familiar, está na forma de trabalho exercida por estas categorias, para os entrevistados trabalhadores rurais são aqueles que exercem funções em outros lotes ou fazendas em troca de remuneração, enquanto agricultor familiar é aquele que exerce as funções em seu próprio lote.

Os entrevistados apresentam em sua maioria baixos índices de escolaridade, como apontam os dados do estudo sobre agricultura familiar de Alagoas, onde esta é forte característica das áreas rurais do estado (SEPLAG, 2016). A escolaridade dos produtores familiares segundo os dados do IBGE (2012) são, 48% de analfabetos, 15% sabem ler e escrever, 25% com ensino fundamental incompleto, 5% fundamental completo, 5% ensino médio e 2% ensino superior. Essa característica dos agricultores familiares é uma condicionante de grande expressividade, visto que atualmente é demandado que o agricultor tenha diversas capacidades e funções para a manutenção e administração dos recursos da sua terra, é cada vez mais necessário a incorporação de novas técnicas, tecnologias e o entendimento de complexas informações comerciais e administrativas.

Assim, o agricultor familiar do assentamento Canafístula tem grandes dificuldades de se inserir e permanecer num cenário de constantes modificações, fazendo com que eles sejam marginalizados e impossibilitados de desenvolver modelos que melhore seus indicadores socioeconômicos. A educação é um item essencial para a promoção do desenvolvimento social, político e econômico das pessoas que vivem no campo. Segundo Viana, Lopes e Rodrigues (2015) é urgente a necessidade do acesso à educação no campo, pois o distanciamento social, cultural e científico do resto da sociedade faz com que essa categoria seja supracitada de seus direitos básicos e condicionada a viver as margens da sociedade.

Foi observado que há diversificação da produção dos lotes, as culturas de maior expressão nas unidades de produção familiares são macaxeira cultivada em 86,95% dos lotes, seguido da cana-de-açúcar (73,91%), banana (47,82%), coco (43,82%), criação de aves (39,13%), batata doce (34,78%), milho e coentro (30,43%), criação de gado, produção de inhame e feijão (26,08%), laranjas (21,73%), abacaxi (13,04%), abóboras e criação

de ovinos (8,69%), produção de alface, cebolinha, pastagem e criação de peixes (4,34%) e não respondeu quanto a produção (4,34%).

A produção agrícola do assentamento é dividida entre a subsistência do núcleo familiar e as feiras livres, sendo fundamental para o abastecimento de alimentos da região. Segundo os entrevistados as feiras são a principal fonte de renda que permite a manutenção da família e da unidade produtiva. Outra fonte de renda é a produção da cana, que é direcionada para a usina para seu processamento em açúcar e álcool.

A escolha do que é produzido se dá principalmente pela necessidade alimentar e determinada pelas épocas do ano, de acordo com os calendários agrícolas da região. A escolha de se produzir cana nos lotes é condicionada principalmente pela capacidade dos solos, que segundo os entrevistados estão “acostumados” nos corretivos e fertilizantes e limitam a produção de outras culturas fazendo com que as mesmas não se desenvolvam bem.

Conclusões

A agricultura familiar é uma categoria social de grande importância para a soberania alimentar e para a economia do país. No entanto, não são efetivadas políticas públicas para o desenvolvimento desta categoria limitando sua capacidade de ascensão. Apesar das barreiras que enfrentam, a agricultura familiar ainda mostra a sua força seja na produção de alimentos, no convívio com a natureza ou inserção nos mercados.

O assentamento Canafistula tem sua realidade marcada pela ausência de políticas de acesso a assistência técnica, crédito, infraestrutura e a educação, itens essenciais para a construção da autonomia e desenvolvimento socioeconômico do meio rural. Os lotes das unidades produtivas são diversificados e apresentam a incorporação de parte da sua produção ao mercado canavieiro da região. Com grande importância para o abastecimento de alimentos na região, o assentamento necessita de olhares mais atentos dos órgãos públicos e melhor acesso a políticas públicas para o desenvolvimento dos seus lotes.

Referências bibliográficas

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Estudo sobre a Agricultura Familiar em Alagoas/Alagoas**. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. – Maceió: SEPLAG, 2016.

BRASIL. IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Segunda Apuração. Rio de Janeiro, 2012.

MAANEN, JOHN, VAN. Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface. **Administrative Science Quarterly**, v. 24, n. 4, p.520-526, 1979,

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1981.

SCHNEIDER, S. Teoria Social agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18 n. 51, 2003.

SCHNEIDER, S.; SHIKI, S.; BELIK, W. Rural development in Brazil: overcoming inequalities and building new markets. **Rivista di economia agraria**, n. LXV, n. 2, p. 225-259, 2010.

POPE, C.; MAYS, N. Reaching the parts other methods cannot reach: na introduction to qualitative methods in health and health servisse research. In **British Medical Journal**, n. 311, p. 42-45, 1995.

VIANA, A. S. R.; LOPES, N. F. M.; RODRIGUES, R. A. A importância da educação do campo no contexto da agricultura familiar no município de Unistalda/RS. Anais do VI Seminário Nacional de Professores/UFMS. **Anais...** Santa Maria, 2015.